

**SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA - DECRETO 59.249/2020**  
**RESUMO EXECUTIVO da 18ª Reunião, 24 de novembro de 2021**

**Presentes:** Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Giovanna Carlos de Oliveira (SMDHC), Bruna Iglesias (SMDHC), Humberto Gomes (ZU - SMSUB), Alcyr Neto (ODH - SMDHC), Gerson Domingo, Adriano Nicolau (SMSU), Bárbara Mariano Vicente (ODH - SMDHC), Priscila Rio Branco (ZU - Subprefeitura Santo Amaro), Mariana Coelho, Robson Mendonça (MEPSR), Cleiton Ferreira (É de Lei), Júlia Lima (Gabinete Vereador Eduardo Suplicy), Alderon (Rede Rua), Gerson Domingos.

**Resumo Executivo**

A reunião do mês de novembro foi a última reunião do ano de 2021. A pauta foi o balanço do Comitê em 2021 e um planejamento para o ano de 2022.

Os informes foram sobre uma formação de direitos humanos ofertada pela defensoria pública que, inicialmente, a SMSU recusou, mas depois procurou o departamento de Educação em Direitos Humanos (EDH) para uma formação de mesmo tema. Assim, a coordenação da formação ficou com este departamento, e a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua terá duas horas de apresentação temática. A formação ocorrerá durante o mês de fevereiro. Além deste informe, falou-se de uma articulação com a organização É de Lei para formações sobre uso abusivo e a distribuição de panfletos pelas equipes de SEAS sobre direito da população em situação de rua em ações de zeladoria.

A Ouvidoria de Direitos Humanos, parte da SMDHC, deu informe sobre uma ação truculenta no início do mês de novembro que resultou no encaminhamento de uma pessoa em situação de rua à uma DP. A articulação se deu por telefone e, quando a equipe da ouvidoria chegou até a DP, a pessoa não estava mais lá. No dia seguinte, conforme informado pela servidora Bárbara Mariano, a denúncia foi feita, mas o denunciante, com medo de sofrer represálias, pediu para que não fosse submetido um ofício. Todo o caso se desenrolou por conta de um madeirite que a equipe de zeladoria e a GCM pediu para retirar. O rapaz implorou para que não levassem alegando que era o instrumento de trabalho dele. A servidora Bárbara, da ouvidoria, assumiu que o contato com a GCM foi difícil. Adicionou que, nos processos, tem um ofício enviado pela bancada feminista da câmara, em resposta, a subprefeitura da Sé respondeu que tem trabalhado o tema com as equipes de

zeladoria urbana. A fala do sr. Cleiton denunciou que o rapaz da ação em questão tem problemas com álcool e esta situação piorou após o ocorrido, também adicionou que uma criança foi atingida com gás de pimenta. Em relação ao caso, o sr. Robson Mendonça pediu a presença da chefe da GCM nas reuniões. Já Adriano Nicolau defendeu a GCM dizendo que, em caso de agressão ou ameaça aos servidores, a GCM responde de acordo com o protocolo, em resposta, Alderon repreende a fala de Nicolau reafirmando que o espaço do subcomitê é um espaço de diálogo, debate e denúncia e não de falas autoritárias - ademais, ressalta que em caso de agressão da GCM, pode-se chamar a PM ou a Polícia Civil.

O Sr. Alderon fez dois requerimentos: o acesso aos depoimentos e os documentos anexados na denúncia para que sejam encaminhados ao Ministério Público e constem no processo contra GCM, e também pediu a presença da população em situação de rua em algumas formações para agentes de zeladoria ou de segurança pública. A sra. Bárbara respondeu que não pode repassar o processo na íntegra por questões de sigilo, mas garantiu que a defensora pública já está com o caso e deve repassar para o Ministério Público. A servidora também incluiu que o decreto não foi respeitado e que o rapaz não conseguiu reaver seus bens porque a GCM os destruiu. Além disso, por conta da ouvidoria não ter força de abertura de um processo administrativo contra um servidor (exceto em casos com “maior carga de dados”, como corpo de delito, testemunhas, etc), o processo será encaminhado para a corregedoria da GCM. O sr. Alderon reforça que o caso deve ser melhor apurado e uma resposta mais contundente deve ser dada. A Ouvidoria se disponibilizou para explicar os detalhes do encaminhamento do caso.

Sobre o caso discutido, registra-se o encaminhamento: inclusão da denúncia pelo subcomitê de zeladoria, com o vídeo da ação, para o Ministério Público; uma conversa com a Bancada Feminista, que pediu maiores esclarecimentos do caso; e o reenvio da denúncia para a subprefeitura da Sé; solicitação, por ofício, do documento que dá diretrizes para a GCM em ações de zeladoria (POP - Procedimento Operacional Padrão).

Em relação ao balanço das ações e o planejamento para 2022 do subcomitê, foi dito sobre a consolidação do subcomitê de zeladoria urbana, a participação na construção do folheto informativo sobre ações de zeladoria, o início de sistematização de fluxo, monitoramento e apresentação do primeiro relatório de denúncias. Além da articulação com subprefeituras (e a consequente dificuldade em

estabelecer um ponto focal em cada uma delas), as formações com a temática população em situação de rua nas subprefeituras da Sé e da Lapa, contando mais de 250 servidores e servidoras formados/as. O estabelecimento da articulação com a Ouvidoria de Direitos Humanos e a elaboração de planilha de contatos das CPOs de todas as subprefeituras.

Os comentários sobre a apresentação do balanço foram feitos por Priscila, representando a Subprefeitura de Santo Amaro, pedindo para que todos os pedidos urgentes, sobretudo no que diz respeito à articulação, devem ser enviados para ela; pediram a participação ativa da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, com a própria secretária - de maneira excepcional - ou com alguém do gabinete. O Sr. Alderon, além de sugerir pontos do balanço, também reforçou a necessidade de melhoria na representação de pontos focais e na participação dos próprios representantes no subcomitê.

Sobre o ponto de planejamento de ações do subcomitê, levantou-se: realizar uma formação com a GCM; a apresentação do segundo relatório de monitoramento das denúncias; a nomeação de ODH na suplência da cadeira de SMDHC no Subcomitê de Zeladoria; a articulação entre gabinetes da SMDHC e SMSUB para facilitar contato com subprefeituras; a construção de uma rede de contatos com os pontos focais de cada uma das subprefeituras de maior concentração; a apresentação dos seguintes módulos de formação para as subprefeituras da Sé e da Lapa; realização do primeiro módulo de formação para outras subprefeituras (de acordo com o Censo PopRua); realização de uma formação sobre o histórico, legislação e a história do subcomitê para os próximos conselheiros/as/es do Comitê PopRua 2022-2024; a sra. Júlia Lima propôs a melhoria da representação de secretarias neste comitê, sobretudo da SMS, acrescentando a elaboração de um ofício pontuando que a pasta não esteve presente nas reuniões de 2021 e pedindo a representação de alguém do Consultório na Rua; a sra. Júlia Lima também recomendou um estudo do PL 26/2017 que dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana, a proposta é transformar o decreto em Lei; o sr. Cleiton Ferreira levantou a possibilidade de retomar reuniões presenciais, principalmente em aulas públicas com a presença da população em situação de rua.

**Encaminhamentos:**

- 1) Envio de denúncia da praça do Patriarca para MP;
- 2) Solicitar por ofício POP da GCM em ações de zeladoria urbana;
- 3) Inclusão da denúncia da Praça do Patriarca no relatório de monitoramento de denúncias da SMDHC;
- 4) Contato com a Bancada Feminista sobre a denúncia da Praça do Patriarca;
- 5) Inclusão de balanço do planejamento do Subcomitê no Relatório do Comitê PopRua 2021;
- 6) Realização de uma reunião extraordinária, no primeiro trimestre de 2022, sobre segurança urbana com presença de gabinete da SMSU;
- 7) Envio de ofício para a SMS sobre participação no Subcomitê de Zeladoria Urbana - sugerir a nomeação de um servidor/a/e do Consultório na Rua.